

Ata N.º	24/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 24/2016 DE 02 DE DEZEMBRO**

Aos **dois** dias do mês de **dezembro** do ano de **dois mil e dezasseis**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima quarta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria da Fonseca Gomes, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara, estando presente o Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência e a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita, datada e registada em 30 de novembro de 2016, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- Não compareceram à reunião os Srs. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal e o Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Sr.<sup>a</sup> Regina Almeida Ramos.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente declarou aberta a reunião.- -----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Não foram abordados quaisquer assuntos no período antes da ordem do dia. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia dezoito de novembro de 2016**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia pela Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara. -

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- a) **Execução da Obra de “Remodelação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: Lopes & Irmãos, Lda, de Aguiar da Beira – Apreciação e aprovação do Plano de Saúde e Segurança (PSS) da obra – Informação N.º 86-AB/16, de 3º de novembro de 2016, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o Plano de Saúde e Segurança (PSS) apresentado pela firma adjudicatária e que aqui se dá por reproduzido, cuja cópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de atas das reuniões camarárias. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- a) **Conhecimento da 14.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 15.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2016**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 18 de novembro de 2016, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- b) **Aquisição de Energia Elétrica para o ano de 2017 ao abrigo do “Acordo Quadro para o Fornecimento de Eletricidade” (AQ\_04/2015) da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL)** – Proposta de ratificação do Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 24 de novembro de 2016 de decisão de contratar e escolha do procedimento para aquisição de energia elétrica para o ano de 2017, e proposta para delegação de competências no Sr. Presidente da Câmara para a decisão de adjudicação do fornecimento de energia elétrica e aprovação da minuta do contrato, ao abrigo do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

----- Foi presente à reunião o Despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 24 de novembro de 2016, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 104/2010, de 29 de setembro, foram extintas as tarifas reguladas de venda de energia elétrica a clientes com consumos em muito alta tensão (MAT), alta tensão (AT), média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN), ficando a respetiva venda submetida ao regime de preços livres. Conforme n.º 1 do art.º 6.º daquele diploma, tal significa que, após 31 de dezembro de 2011, os clientes com aqueles tipos de consumos deveriam passar a ser abastecidos no mercado liberalizado.*

Ata N.º	24/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

b) Tendo em vista satisfazer as necessidades de energia elétrica, designadamente para instalações, edifícios e iluminação pública, da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL) e dos Municípios associados que a integram, Conselho Intermunicipal da CIMVDL autorizou, por decisão de contratar tomada por deliberação em reunião de 2 de junho de 2015, a abertura do procedimento de concurso público, através da Central de Compras da CIMVDL, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), para a seleção de fornecedores de eletricidade de média tensão (MT), Lote 1, de baixa tensão especial (BTE), Lote 2, e de baixa tensão normal (BTN), Lote 3, para celebração de um acordo quadro (contrato público de aprovisionamento), utilizando para o efeito a plataforma eletrónica de contratação pública Saphety, utilizada por aquela Central de Compras.

c) A abertura do concurso público foi concretizada através do Anúncio de Procedimento n.º 4.396/2015 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 138, de 17 de julho de 2015, e Anúncio de Concurso n.º 256100-2015 publicado no Suplemento do Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) n.º 139, de 22 de julho de 2015.

d) Muito embora nos critérios de seleção do procedimento fosse prevista a adjudicação por lote às três melhores propostas de preço, o respetivo Júri do procedimento propõe no seu Relatório Final datado de 5 de outubro de 2015, que a seleção recaia no único concorrente ao procedimento, sociedade EDP COMERCIAL – Comercialização de Energia, S.A., tendo o Conselho Intermunicipal, em conformidade com a alínea b), do n.º 1, do art.º 252.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), decidido adjudicar o acordo quadro – contrato público de aprovisionamento – àquele concorrente em reunião de 6 de outubro de 2015 – identificado como acordo quadro AQ\_04/2015 –, bem como aprovar a respetiva minuta do contrato de acordo quadro, em cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 98.º do CCP.

e) Similarmente ao já contratualizado para o ano económico de 2016 ao abrigo do referido acordo quadro AQ\_04/2015, as necessidades de eletricidade neste Município para o ano de 2017 em baixa tensão especial (BTE) e em baixa tensão normal (BTN) são as indicadas no Mapa anexo, estimando-se para os preços máximos ali indicados um encargo no exercício de 2017 no montante de € 224.388,46 (duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), a que acresce o IVA à taxa normal em vigor de 23%, a suportar pela rubrica orçamental

**01.02/02.02.01** (Encargos das instalações), tendo a seguinte Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos): Objeto principal – Vocabulário principal: **09310000-5 (Eletricidade)**.

f) Para a formação de contratos a celebrar ao abrigo de acordos quadro celebrados na modalidade prevista na alínea b), do n.º 1, do art.º 252.º do CCP, a entidade adjudicante deve dirigir aos cocontratantes um convite à apresentação de proposta nos termos previstos no n.º 1 do art.º 259.º do mesmo Código; como foi celebrado contrato de acordo quadro apenas com o único concorrente – EDP COMERCIAL – Comercialização de Energia, S.A. – o Município poderá dirigir um convite àquela sociedade para apresentação de proposta circunscrita aos termos do acordo quadro AQ\_04/2015 a concretizar, como já ocorreu em 2015 para a aquisição de energia elétrica para o corrente ano de 2016.

g) Face ao valor estimado da despesa, compete à Câmara Municipal a decisão de autorização da despesa, como estabelece o art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita nesta competência a decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento e a decisão de aprovação das peças do procedimento a que se referem, respetivamente, os artigos 36.º, 38.º e 40.º do CCP.

h) Dado o facto dos preços da eletricidade estarem a subir nos mercados internacionais, importa assegurar os preços em vigor praticados pela EDP, e, para tal, deverá proceder-se com urgência ao lançamento do procedimento pré-contratual de formação do contrato, por forma a outorga do contrato venha a ocorrer antes do final do ano económico em curso, sendo certo não se justificar a realização de uma reunião extraordinária da Câmara Municipal dada a proximidade da primeira reunião ordinária do mês de dezembro que irá ocorrer no próximo dia 2 de dezembro.

Assim, dadas as circunstâncias excecionais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, e 7-A/2016, de 30 de março, DECIDO:

1.º) Autorizar, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 36.º do CCP, a contratação do fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Baixa Tensão Normal (BTN) para satisfação de necessidades de energia elétrica

Ata N.º	24/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

*para o ano de 2017, das instalações, edifícios e iluminação pública do Município de Vila Nova de Paiva, no âmbito do acordo quadro AQ\_04/2015 da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL).*

*2.º) Escolher, para efeitos do art.º 38.º do CCP, como procedimento pré-contratual para a formação do contrato, o **procedimento de consulta** ao abrigo do n.º 1 do art.º 259.º CCP, sendo convidada a apresentar proposta a sociedade EDP COMERCIAL – Comercialização de Energia, S.A., circunscrita aos termos do referido contrato público de aprovisionamento AQ\_04/2015 que subscreveu, para os preços máximos e quantidades constantes do Anexo IV ao Caderno de Encargos, com um preço contratual previsto no montante de € 224.388,46 (duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), a que acresce o IVA à taxa normal em vigor de 23%, efetuando-se a tramitação da consulta através da plataforma eletrónica acinGov em uso neste Município.*

*3.º) Dispensar a apresentação de caução ao abrigo do n.º 1 do art.º 254.º do CCP.*

*4.º) Aprovar os termos do Convite para apresentação de proposta e o Caderno de Encargos anexos ao presente despacho.*

*5.º) Dotar a respetiva rubrica orçamental, para o exercício económico de 2017, no montante necessário ao cumprimento do contrato a estabelecer pelo Município.*

*O presente despacho deverá ser submetido a **ratificação** da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva na reunião ordinária a realizar no próximo dia 2 de dezembro de 2016.”*

**----- DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, o Executivo deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara acima transcrito, e, ao abrigo do n.º 1 do art.º 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), delegar as competências no Sr. Presidente da Câmara para a decisão de adjudicação do fornecimento e aprovação da minuta do contrato. -----

**----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----**

*----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal da Sr.ª Vice-Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----*

**----- ENCERRAMENTO -----**

*----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a*

[illegible]